



Handwritten signatures and initials.

----- SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE AVENIDAS NOVAS,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE MARÇO DE DOIS MIL E VINTE E TRÊS -----

----- **ATA NÚMERO DOZE** -----

----- (Mandato 2021-2025) -----

----- Aos vinte e nove dias do mês de março de dois mil e vinte e três reuniu no Centro Sociocultural dos Serviços Sociais da Administração Pública, sito na Avenida Visconde de Valmor, número setenta e seis letra A, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Avenidas Novas (*ANEXO 1*), sob a presidência do seu Presidente efetivo, José Filipe da Costa Toga Machado Soares, coadjuvado por Abel Manuel Eusébio Simões, Primeiro Secretário, e Emília Gonçalves da Costa e Silva Barradas de Noronha, Segunda Secretária. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças” (*ANEXO 2*), para além dos mencionados, os seguintes Membros: --
----- **Do Partido Social Democrata (PSD)** – José Manuel da Luz Cordeiro, José Ferreira Marinho e Paulo Manuel Rodrigues Pires Campos Lopes. -----

----- **Do Centro Democrático Social – Partido Popular (CDS-PP)** – Maria Fragoso Rebelo de Penha Monteiro, Teresa Paula de Amorim Costa Vilela Dionísio e Luís António dos Santos Duarte. -----

----- **Do Partido Socialista (PS)** – Luís Filipe Loureiro Goes Pinheiro, Fernando Marques Pereira, Sigismundo Alexandre Almeida de Sampaio Nunes, Jorge Manuel Serra d’Almeida e Dora Helena de Albuquerque Lampreia. -----

----- **Da Iniciativa Liberal (IL)** – Gonçalo Nuno Pinto Ascensão Costa Santos e Patrícia Valadão Sacadura da Silva Garcia de Borja Menezes. -----

----- **Da Coligação Democrática Unitária (CDU)** – João Manuel Meira dos Santos. -----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE)** – William Ricardo Teixeira Naval. -----

----- **Do Partido “CHEGA” (CHEGA)** – Pedro Miguel Rodrigues Freire da Bandeira Duarte. -----

----- Com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- Verificação de presenças e quórum; -----

----- Intervenção do Público (limitado a esclarecimentos sobre os assuntos da Ordem do Dia); -----

----- Ordem do Dia: -----

----- 1. Apreciação, debate e deliberação sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano; -----

----- 2. Apreciação, debate e deliberação sobre o Mapa de Pessoal 2023. -----

Faltaram à reunião os seguintes Membros (*ANEXO 3*): -----

----- Américo Manuel de Brito Vitorino, que justificou a sua ausência e foi substituído por Paulo Lopes.-

----- Ricardo Teles Viegas Froes Spalk, que justificou a sua ausência e foi substituído por Luís Duarte. -

----- O Executivo da Junta esteve representado pelo Senhor Presidente, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, e por Ana Cristina de Araújo Pinto Xarez, Jorge Manuel da Silveira Rodrigues Barata, Gonçalo Maria Vassalo Moita, Sónia Marisa Magro Madeira da Cunha, José Pedro Athayde Albuquerque Soares Rebelo e Cristina Maria Fernandes Duarte Martins. -----

----- Às vinte horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião. -----

----- Disse que antes de mais queria pedir um minuto de silêncio em memória das vítimas do dia anterior no Centro Ismaili. -----

----- (Neste momento a Assembleia prestou um minuto de silêncio). -----

----- Continuando, informou que tinham recebido um parecer por parte da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, do seguinte teor (*CONFORME ANEXO 4*). -----

----- Continuando, disse que tinha sido apreciado e despachado com parecer positivo pelo Senhor Vice-Presidente da CCDRLVT, Doutor Luís Joaquim Sardinha. -----

----- Era uma informação pertinente para os Senhores eleitos e também para os membros do estimado público que estava presente nas Assembleias de Freguesia. -----

----- Tratando-se de um parecer emitido pela CCDR era vinculativo e teriam de acatar esse parecer. Portanto, doravante a Assembleia de Freguesia iria reger-se pelo parecer da CCDRLVT e, salvando



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

melhor opinião, seria essa a conduta. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que foi com algum espanto que o PSD recebeu o parecer e com algum espanto porque parecia que essa era uma matéria estabilizada na Assembleia de Freguesia. -----

----- Na própria Comissão da Revisão do Regimento não foi alvo de grande discussão, foi dos pontos relativamente pacíficos e os Membros que estavam ali podiam confirmar isso mesmo. Estavam todos em sintonia no mesmo ponto. -----

----- Na questão que agora se colocava, no ponto em que estavam, permitia-se colocar três perguntas: ---

----- A primeira era o porquê do pedido desse parecer. Podia fazê-lo, não estava isso em causa, mas qual a razão de ter decidido fazer esse pedido; -----

----- Em segundo lugar informar que os pareceres da CCDR não eram vinculativos. Poderiam eventualmente ser vinculativos para a administração central se fossem homologados pela tutela, nunca para as autarquias locais, que gozavam de autonomia constitucional: -----

----- Terceiro, o porquê de pretender aplicá-lo já na Assembleia de Freguesia sem ouvir a Assembleia de Freguesia. -----

----- Uma vez que na ordem de trabalhos era afirmado que o público só podia intervir sobre o Orçamento e o Mapa de Pessoal e discordando o PSD dessa opinião, havendo aliás duas ou três pessoas na sala que sabiam que o PSD ainda quando Nossa Senhora de Fátima sempre defendeu o público, o PSD recorria para o plenário da Assembleia de Freguesia dessa decisão e se a Assembleia pretendia ou não que o público pudesse intervir no período que lhe dizia respeito, com as regras estabelecidas, sobre as matérias que muito bem entendesse. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção e disse que tomava nota das preocupações, mas não poderia recorrer para o plenário de uma convocatória. A convocatória estava feita, era uma Assembleia extraordinária e tinham de cingir ao que estava ali. -----

----- Se houvesse alguma alteração à convocatória a Assembleia deixava de poder prosseguir. A Lei era clara, não podiam mexer na convocatória de uma Assembleia extraordinária. Se quisessem mexer na convocatória a Assembleia não se podia realizar nesse dia e teriam de fazer uma nova convocatória. Isso era claro. -----

----- Mais, a informação que tinha era que os pareceres da CCDR seriam vinculativos e, portanto, salvando melhor opinião, salvando parecer que pudesse ser apresentado em que um parecer da CCDR não era vinculativo para uma autarquia local, iria continuar com os trabalhos. -----

----- Daria a palavra ao público que quisesse pronunciar sobre os temas da ordem do dia e a seguir entrariam na ordem do dia. -----

----- Teriam tempo para dirimir argumentos e para falar sobre esse ponto da ordem do dia, mas havia um parecer que foi pedido precisamente por haver dúvidas e porque levava meio ano a pedir que lhe dessem um parecer sobre as intervenções do público nas sessões extraordinárias e ninguém conseguiu dar. -----

----- Tinha enviado um e-mail para a DGAL, que remeteram para a CCDR e a CCDR pronunciou-se. O que lhe foi dito era que os pareceres da CCDR seriam vinculativos. Se havia algum parecer a dizer o contrário, estava aberto a que lhe apresentassem, mas não tinha. -----

----- Salvando melhor opinião, o que iam fazer era seguir a ordem de trabalhos. -----

----- Lamentava que o PSD apenas se tivesse pronunciado sobre isso nesse momento... -----

----- (diálogos cruzados) -----

----- Continuando, disse que ou o Senhor eleito se acalmava e falava com educação, ou suspendia os trabalhos até que se acalmasse. -----

----- Não estava a ser prepotente, estava com o máximo de diplomacia a dizer que a ordem do dia tinha dez dias e foram precisos dez dias para irem falar disso, quando tinha dado nota do parecer da CCDR ao eleito Paulo Lopes assim que o recebera, tendo o eleito Paulo Lopes dito que não concordava, mas aceitava. Tinha isso escrito. -----

----- A ordem do dia tinha dez dias e esperaram dez dias para ir para ali fazer esse número. O PSD sabia do parecer da CCDR antes da ordem do dia ser feita. -----



----- Tivessem calma, pensassem e acima de tudo que fossem diplomatas, ter bom senso. Se estivesse errado era o primeiro a assumir, mas tinha um parecer a dizer que não estava errado. Se houvesse um parecer a dizer que a CCDR não fazia jurisprudência sobre as autarquias locais, então que o apresentassem para poder admitir essa razão, caso contrário iria prosseguir com a ordem do dia. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que o parecer na mão do Senhor Presidente da Assembleia valia o que valia, com o qual não concordava, mas que aceitava. Em lado nenhum, nem no despacho, dizia que era vinculativo e, portanto, devolvia a mesma pergunta, se havia um parecer a dizer que o parecer da CCDR era vinculativo então que o mostrasse. -----

----- Segunda questão, em ponto algum da sua intervenção tinha dado a ideia de uma alteração à ordem de trabalhos. A ordem de trabalhos mantinha-se, não tinha nada a opor nem pretendia que ela fosse alterada. -----

----- A questão que voltava a colocar era que havia um período do público, que por um parecer que deveria ter sido discutido primeiro na Assembleia de Freguesia em vez de colocar em funções, o que o PSD voltava a referir e recorria para o plenário e que o Senhor Presidente não podia proibir porque não se pretendia alterar nenhuma ordem de trabalhos, a não ser que lhe dissessem que a verificação de quórum fazia parte da ordem de trabalhos, que não fazia, que o público se pudesse manifestar sobre todas as matérias que entendesse colocar à Assembleia e ao Executivo da Freguesia. Era tão simples como isso. -

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** disse que estava no site da CCDR e passava a ler: -----

----- *“A CCDR presta esclarecimentos em contabilidade autárquica junto das autarquias locais e entidades equiparadas, através de esclarecimento de questões e dívidas apresentadas, quer telefonicamente, quer via e-mail; emissão de pareceres não vinculativos sobre matérias questionadas pelas autarquias locais; divulgação de entendimentos técnicos uniformizados.”* -----

----- Podia enviar isso por e-mail ou por WhatsApp, conforme quisessem. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu à IL ter tido o discernimento que faltou noutras forças políticas e ir procurar informação onde ela existia, assim acabando com o equívoco. Era tão fácil.

----- Agradecia que lhe fosse enviada essa informação, mas também dizer que dada a informação que estava a ser prestada e a informação que tivera iria acionar o suporte jurídico que informou sobre os pareceres da CCDR serem vinculativos, no sentido de pedir responsabilidades. -----

----- Tinha procurado um parecer vinculativo junto da CCDR porque a DGAL assim o indicou. Iria pedir responsabilidades nesse sentido, porque aquilo que queria era que de forma inequívoca lhe dissessem em que termos o público falava nas Assembleias de Freguesia extraordinárias e não estar sujeito a essas dúvidas legítimas por parte dos Senhores eleitos relativamente a um tema que deveria ser de entendimento simples. -----

----- O que dizia a convocatória era relativamente simples e fácil de entender e estava a intervenção do público na ordem de trabalhos, dentro de uma condicionante. Se iam alterar essa condicionante estavam a alterar a convocatória e se estavam a alterar a convocatória tinham um problema. -----

----- A sua questão era só uma e era uma questão legal, era se estavam todo no mesmo barco. Não queria que depois lhe viessem dizer que tinha alterado a convocatória de uma sessão extraordinária e que havia uma ilegalidade. Para esse espetáculo não estava disponível. -----

----- Pedia encarecidamente a ajuda dos Senhores eleitos no sentido de dizerem aquilo que queriam fazer.

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que pensara perguntar se queriam que saíssem para deixar à vontade a discutir essas questões entre os partidos que suportavam o Executivo, mas se calhar a atitude mais responsável era solicitar que o Presidente da Mesa apurasse junto dos serviços jurídicos a real eficácia dos pareceres da CCDR e em função disso poderem ou não contrariar o parecer. -----

----- A posição de base do PS seria sempre pró-participação, mas também seria sempre pró-legalidade. Conciliando as duas contariam com o apoio do PS. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que iria falar um pouco de cor e também tinha dúvidas, pelo que pedia à Assembleia que esclarecesse, mas parecia-lhe que o que a Lei dizia era a alteração da ordem do dia, dos pontos de trabalho da ordem do dia. Não seria o caso. -----

M
A
E



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Não corriam nenhum risco e mais, o próprio parecer deixava portas abertas para que não fosse o que ele dizia. O parecer não dizia “*tem de ser*”, dizia “*deverá, deverão*”. Era tudo muito claro e a questão que se colocava era se o público intervinha sobre o Orçamento e sobre tudo. Os pontos deliberativos da ordem do dia mantinham-se. -----

----- Pensava que era isso que dizia a Lei, mas estavam ali alguns juristas que podiam esclarecer nesse ponto. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que assim sendo e mediante a intervenção do Membro Paulo Lopes, solicitando o recurso para o plenário sobre uma alteração da convocatória da Assembleia de Freguesia, em que a intervenção do público deixava de ter a frase “*(limitado a esclarecimentos sobre os assuntos da Ordem do Dia)*”, colocava à votação essa alteração da ordem de trabalhos. -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que se dirigia também aos juristas na sala para saber se poderiam alterar o âmbito de intervenção do público, que foi convocado tendo em conta determinado âmbito, deixando quem tinha interesse eventualmente em poder manifestar-se sobre outros temas poder fazê-lo sem serem convocados com essa amplitude. -----

----- Parecia-lhe uma pergunta razoável. No mínimo tinham de ponderar antes de decidir uma coisa dessas, porque ficava com algumas dúvidas que pudessem fazer tal alteração. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que lhe tinham chamado a atenção para uma coisa muito importante, que na ordem de trabalhos o ponto 1 falava sobre o Orçamento de 2023, o que deixava margem para o público falar praticamente tudo. -----

----- Uma das questões que também tinha alertado era que não queria estar a incorrer numa ilegalidade e alterar uma convocatória podia ser visto como uma ilegalidade. -----

----- Havia duas formas de fazer isso, ou alteravam a convocatória e as pessoas do público presentes podiam intervir sobre tudo aquilo que quisessem, ou não alteravam a convocatória e basicamente as pessoas do público podiam intervir sobre tudo o que quisessem porque o Orçamento dava-lhes essa latitude. Numa próxima Assembleia de Freguesia podiam corrigir essa situação, porque o Orçamento dava para discutir praticamente tudo. -----

----- Uma vez que foi pedido recurso para o plenário por parte do Membro Paulo Lopes, colocaria à consideração aquilo que pretendiam fazer. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que nessa Assembleia no passado e noutras Assembleias esses pseudo pontos do público, do período de antes da ordem do dia, da verificação do quórum, nem estavam no documento da convocatória, porque não tinham de estar. -----

----- O que a Lei falava era na ordem de trabalhos, dos pontos deliberativos que não podiam ser alterados. Aí estavam de acordo. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que estava a dar latitude à Assembleia para fazer aquilo que quisesse. -----

----- **Membro Paulo Lopes (PSD)** disse que até ia mais longe, lembrava-se e estava presente pelo menos um Membro que fazia parte dessa Assembleia de Freguesia que podia comprovar, que num passado algo distante em Nossa Senhora de Fátima passou a constar nas convocatórias que o público podia intervir por sua iniciativa, para haver uma informação ao público que podia intervir, mas não fazia parte formal. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a intervenção e disse que enaltecia essa tomada de posição na extinta Freguesia de Nossa Senhora de Fátima. -----

----- Enquanto Presidente da Mesa, nas suas convocatórias a verificação de quóruns e presenças e a intervenção do público estavam sempre presentes. -----

----- Mais uma vez o dizia, estava a dar toda a latitude à Assembleia de Freguesia para fazer aquilo que queria e era isso que perguntava, que dissessem o que queriam fazer perante a situação que estava criada. O que pedia era ajuda para lhe dizerem o que queriam fazer. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que conversando com o Doutor Pinheiro havia maneira de saírem disso airosamente, até porque a ordem do dia era vasta e podia pôr o público a falar sobre tudo, podia falar sobre as ruas, sobre a higiene urbana, sobre a cultura ou o desporto, porque fazia parte. -----



----- O seu pedido era que não alterassem nada do que estava escrito na ordem de trabalhos e o público que quisesse falar, como era tão abrangente, podia falar sobre tudo. Podia falar sobre as calçadas ou a piscina, podia falar sobre tudo. Mantinha-se tudo na “Paz do Senhor” e iam para a frente. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que isso era o que também já tinha dito. O tema Orçamento dava margem para falar de tudo. -----

----- Estando todos de acordo dava a palavra ao público que se quisesse inscrever para falar. -----

----- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----

----- (Não houve inscrições de público para intervir) -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- **Ponto 1 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Orçamento e Grandes Opções do Plano (ANEXO 5);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que se incumbia de apresentar algumas palavras relativas ao Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano 2023. Apresentava-se com redobrado cuidado face a um Orçamento que não foi aprovado no ano transato, mas que nesse dia ali ia sob outros cuidados, roupagens e argumentos. -----

----- Pretendeu-se apresentar um documento de proximidade, descomplicado, assente prioritariamente num plano de gestão moderno. Os documentos eram apresentados de uma forma coerente, sem roturas com linhas de Orçamentos passados, mas reforçando conscientemente a sustentabilidade da Freguesia, sempre lançando mão de eixos estratégicos ponderados e definidos. -----

----- O Orçamento que se queria de rigor e sustentado assentava numa política de serviço à população, pretendendo apoiar os fregueses mais carenciados e incentivar a sociedade civil de modo a que os tempos pandémicos e as circunstâncias redutoras ao desenvolvimento que lhe estavam associados fossem claramente ultrapassados, realizando investimento criterioso, respondendo aos compromissos assumidos e pugnando por um relacionamento exemplar entre o Executivo e a Assembleia de Freguesia, afirmando as Avenidas Novas nas suas potencialidades e sinergias, devolvendo-lhe um futuro promissor. -----

----- Todos queriam uma Freguesia reorganizada, com novos mecanismos de coordenação, com racionalidade no uso dos instrumentos de trabalho disponíveis, com prioridades bem definidas e enfrentando eficazmente os desafios com os quais fossem confrontados. -----

----- Tomaram conhecimento dos documentos que seriam seguidamente apresentados e que, na modesta opinião do Executivo, esboçavam as linhas de ação futura com as quais se congratulavam face ao relevo humano, social, cultural, patrimonial, colocando sempre a vertente económica ao serviço de todos. -----

----- Tratava-se, como veriam, de uma reflexão aprofundada assente em valores e que prometia para o futuro novas e proveitosas iniciativas. -----

----- Permitissem-lhe uma última palavra, mesmo que em contra corrente e sem ironia, de agradecimento a todos os que intervieram e decerto iriam intervir na discussão do Orçamento e documentos complementares. Era sempre um gosto e um estímulo lidar com todos. -----

----- Pedia a melhor atenção para o seu assessor, que iria seguidamente apresentar o Orçamento reformulado e os documentos complementares. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que estavam no ponto de partida outra vez, mas havia duas verdades inquestionáveis e a primeira era que o Orçamento não mexeu, continuava com o mesmo valor, com os 5.215.117 euros. Não mexeu porque não foi submetido à Assembleia alguma alteração ao próprio Orçamento e a receita continuava a mesma. A verdade inquestionável número um. -----

----- A segunda verdade era que tiveram de continuar a viver. De acordo com a Lei foram trabalhar sobre o Orçamento aprovado de 2022. Depois houve quase o dom da ubiquidade de trabalhar com dois Orçamentos em simultâneo, com base no de 2022 e não descurando o eventual 2023. -----

----- Perante o que sucedeu com a primeira versão do Orçamento, depois de falar com todas as forças políticas que contribuíram para uma solução mais ajustada e mais acutilante relativamente ao que cada força política pretendia. Infelizmente nem todas as forças políticas contribuíram e também não se entendia como podiam contribuir para uma solução de consensos com ausências nessa própria discussão. Era um

W
A
ey



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

ponto para refletirem. -----
----- Depois das várias audiências optou-se por detalhar mais a despesa, por orgânica, por setores, mas no fundo a estrutura base era a mesma. -----
----- Baixaram-se os valores em gastos com pessoal. Se o Orçamento não alterava o valor da receita tiveram de ir buscar a algum lado. Foi-se buscar às despesas com pessoal, passando diretamente para o apoio social, que era um requisito sobejamente batalhado na última Assembleia. Aumentou-se o valor do apoio social. -----
----- Depois explicitou-se o cruzamento da informação, tendo em conta as funções, os programas e os projetos. Depois espelhou-se o saldo de gerência que iria ser distribuído, que era uma coisa interessante porque o saldo de gerência só se tornava efetivo quando a Assembleia o aprovava ao serem apresentadas as contas. -----
----- A pedido de várias solicitações tentou-se fazer um exercício de projeção do valor do saldo de gerência e a forma como iriam usar. -----
----- Depois enumeraram-se os CDCs. Durante a última Assembleia foram enumerados, mas por uma questão de acidente de percurso não se conseguiu incluir no documento, agora estavam os vinte e cinco CDCs incluídos no documento, mas ainda não aprovados. -----
----- Podiam fazer sumariamente um exercício. Se tinha uma receita de 5.215.117 euros, se tinha um saldo de gerência de 1.847.000 euros, que na altura não tinha conhecimento correto desse valor, se tinha 5.919.000 euros de CDCs, em tese podia projetar uma despesa de 12.982.000, mas isso era só uma projeção, era só virtual nesse momento. O valor com que contavam era o primeiro. -----
----- Outra questão e que se fez um esforço para ir de encontro a essas solicitações foi a dificuldade em perceber os mapas, mas tivessem consciência que os mapas apresentados eram os documentos previsionais que a Lei exigia que se apresentassem, tinham era que os saber ler. Criaram-se várias tabelas de Excel para cruzar informação. -----
----- Havia sempre o mesmo valor ao longo do conteúdo do documento, visto de acordo com várias perspetivas, ou de acordo com os objetivos, ou de acordo com os programas, ou de acordo com os projetos. Isso indo de encontro às várias solicitações de algumas forças políticas, devido à dificuldade de leitura dos mapas dos documentos previsionais. -----
----- Olhando para a estrutura e utilizando a projeção de base que se fez no exercício com o saldo de gerência, quando se injetava o saldo de gerência, que para ser aprovado teria de ser o Orçamento aprovado primeiro, havia um aumento substancial quando o saldo de gerência fosse injetado nos vários setores. ---
----- Na divisão de ação social, juventude e desporto havia um aumento de 77% com base no saldo de gerência e o mesmo na questão do espaço público e equipamentos. -----
----- No fundo iriam ter uma variação, só com o saldo de gerência, em cerca de 42%. -----
----- Os famosos CDCs eram vinte e cinco e transversais a várias áreas. Entravam no esforço da redução da pegada de carbono, na melhoria dos elementos dos edifícios, o apoio na educação. Havia uma série de CDCs que estavam em apreciação e, segundo parecia, a breve prazo iriam ter o desfecho final de quanto a Junta iria receber em termos de apoio financeiro para desenvolver até ao final do mandato esses CDCs. -----
----- Na análise do Orçamento, como se podia ver, a receita igual à despesa e estava garantida a homogeneidade do próprio Orçamento. Garantia-se o equilíbrio orçamental, em que as receitas correntes cobriam as despesas correntes. -----
----- Comparando com a dotação inicial relevava a questão que se começava com um Orçamento e se fossem ver todos os registos que existiam terminavam com um Orçamento completamente diferente. Ao fazer essa comparação tinham uma variação em despesas correntes de 4,44% e à custa também de uma redução substancial nas despesas de capital para não ultrapassar aquele valor. Eram questões de opção, de iniciar a despesa até à inclusão do saldo de gerência. -----
----- Se comparassem já com o valor executado, começou-se o Orçamento do ano anterior com 5.159.000 e no final já era 6.112.000. -----
----- Comparando o Orçamento anteriormente chumbado com o atual, tiveram de ir buscar valores para



compensar o apoio social nalgum sítio e reduziu-se em 5% as despesas com pessoal. Em contrapartida, como muitas das despesas de apoio social entravam na aquisição de bens e serviços houve aí um aumento substancial. -----

----- Fez-se outra comparação, as despesas com pessoal. Se comparassem os valores executados de 2022, iam aumentar as despesas com pessoal em 10%, no global tinham um aumento de 4,75%. Comparando o Orçamento chumbado com o atual havia a tal redução de 5,35% menos 6,41% na própria segurança social.

----- Uma análise que também já se fez no outro era olhar para uma comparação de avenças com o custo de doze meses de um trabalhador do quadro. Havia um aumento de 19,78% em termos de pessoal em funções, pessoal do quadro, e havia uma redução em regime de avença. Isso não se podia fazer de um momento para o outro, tirar de um lado e pôr noutro, era uma situação que ia decrescendo ao longo do tempo até conseguirem uma maior percentagem de pessoal no quadro. -----

----- Nas funções comparava-se a primeira versão com a segunda e como podiam constatar houve um aumento das Grandes Opções do Plano em 9,52%. Nas funções sociais havia um aumento de 20%. As percentagens que estavam colocadas, que faziam os 100% das Grandes Opções do Plano, via-se que as funções sociais tinham um peso de 41% e passavam a ter 45% na despesa total das Grandes Opções do Plano. O mesmo se passava com os planos de investimentos e com as despesas gerais. Havia uma significativa melhoria de alocação de despesa nas funções sociais, como foi solicitado. -----

----- **Membro Luís Duarte (CDS-PP)** disse que analisaram a proposta apresentada para discussão e votação, nomeadamente os ajustamentos, detendo naquelas que eram as alterações ao Orçamento inicialmente apresentado e que tinham votado favoravelmente, mas que não foi aprovado. -----

----- Gostava de sublinhar a disponibilidade do Executivo, na pessoa do Senhor Presidente e do seu assessor para a discussão com as forças políticas, em particular com o CDS, que não se demitiu dessa possibilidade e de apresentar as questões que ainda assim, num documento com essa densidade, sempre resultavam quando se fazia uma análise a um exercício sempre muito exigente, a trabalhar com base em receitas que estavam pré-programadas e em despesas com uma volatilidade muito grande, ainda para mais num cenário particularmente adverso como aquele que se vivia. -----

----- Tinham dito na altura e voltavam a dar nota que o exercício do Orçamento valia pelas Grandes Opções que traduzia e valia depois sobretudo pela capacidade de o executar com rigor. -----

----- Destacava que, para além do exercício enquadrar receitas e despesas numa base previsional, constituía sempre um exercício complexo e gostava de dar nota que, tal como na anterior proposta, o trinómio entre custo, benefício e oportunidade era de facto aquilo que um Orçamento numa autarquia local refletia. A necessidade de enquadrar as despesas com as receitas existentes e refletia sobretudo questões de opção e de oportunidade entre as várias opções existentes para alocar os recursos, que eram escassos e tinham de ser alocados da melhor forma possível. -----

----- A proposta que foi apresentada, numa síntese que resultava também de o Orçamento já ter sido apresentado anteriormente e de se terem detido apenas nas alterações, elas revelavam uma inclinação muito marcada das opções do Executivo para áreas tão sensíveis como a ação social, mas também para a área da educação e da cultura. No próprio documento do Orçamento a educação e a cultura eram apresentadas como duas áreas críticas no processo de formação dos cidadãos, na aquisição e desenvolvimento de competências, capacitando-os para contribuírem para a construção de uma sociedade sustentável e evoluída. Era esse também o papel da Junta de Freguesia e dos organismos que tinham ao seu dispor fundos públicos para executar políticas viradas para as pessoas. -----

----- Era uma proposta que reforçava também o compromisso com a segurança e com a preservação do património, onde estavam mais sublinhadas as preocupações com a sustentabilidade e com a eficiência. Parecia por isso mesmo uma proposta que encerrava uma orientação política e de opções, de escolhas nas quais o CDS se revia, ou não fosse o CDS um partido que defendia o humanismo personalista e os valores da democracia cristã. Por isso o voto do CDS seria favorável. -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que ao fim de um ano falou e ainda bem que assim foi, havia muito tempo que não se via o Presidente a iniciar a discussão sobre documentos importantes para a

17
AS
leu



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

vida da Freguesia. Era um bom sinal e saudava, esperando que fosse mais vezes a jogo, que falasse com a Assembleia nesses momentos e que a breve trecho as informações do Presidente também fossem com mais conteúdo. -----

----- Não era só aí que se via uma grande diferença face ao que era o habitual Presidente da Junta com que iam lidando. Houve de facto um esforço genuíno de ouvir as forças políticas e tinha apenas a lamentar o facto de isso não ter acontecido antes da primeira versão do Orçamento. Se tivesse havido a mesma disponibilidade para o diálogo, a mesma disponibilidade para ouvir e compreender as sugestões de melhoria da oposição, seguramente haveria maior vantagem para todos e o primeiro Orçamento teria sido melhor do que aquele que foi apresentado e que contou, como todos sabiam, com o chumbo generalizado de todos os representantes dos partidos da oposição. -----

----- Não era o Orçamento do Partido Socialista, era o Orçamento do Executivo, mas não podia deixar de salientar que houve um esforço genuíno de alteração da proposta de Orçamento com o objetivo de acatar um conjunto vasto de propostas do PS. Por isso agradecia ao assessor do Presidente o esforço que fez para acomodar isso nas contas e ao Senhor Presidente naquele que teria sido o primeiro ato de dialogar. Assim continuasse. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse quer tal como na outra sessão lhe cabia a si fazer as principais críticas ao Orçamento, por considerar que não tinha a informação relevante para o poderem apreciar, também não tinha pejo nenhum em dizer a melhoria significativa que havia no Orçamento. Sabiam existir montantes fixos e que não podiam ir além disso, o montante global não podia ser diferente, mas tinham um documento onde eram explanadas políticas e os principais projetos que a Junta pretendia implementar. Isso para as forças políticas da oposição era extremamente importante, porque era a única forma de fazer a vigilância e acompanhar a execução do Orçamento ao longo do ano. -----

----- O documento era muito melhor do que o anterior, muito mais quantidade e qualidade da informação. Como disse o assessor do Presidente, tinham também a mudança nalgumas verbas, nomeadamente nos apoios sociais e na parte do desenvolvimento económico e na juventude e desporto, que aumentavam relativamente ao Orçamento anterior. Nesse sentido só se podiam dar por satisfeitos com essa nova versão do Orçamento. -----

----- Para além disso tinham mais um elemento extraordinariamente importante. Era inevitável que iriam incluir o saldo de gerência dentro de pouco tempo e com esse valor significativo, praticamente 20% do Orçamento inicial, saber quais seriam as políticas que a Junta pretendia implementar. Essas estavam ali explanadas também, houve esse esforço que agradeciam, sendo que nesse esforço continuava a ser privilegiada também a área da educação e cultura, do desenvolvimento económico, que tinham as maiores percentagens. Era um esforço por parte do Executivo que saudavam e que merecia genericamente o acordo do PS. -----

----- Destacava o esforço de negociação da Câmara Municipal de Lisboa. Tinha-se feito essa pergunta, saber quais os CDCs que estavam em negociação com a Câmara que foram elencados, mas não estavam no texto do Orçamento e não os puderam apreciar devidamente. Agora tinham um conjunto vasto de vinte e cinco propostas com um valor, no Orçamento tinha um valor, no final tinha outro valor, agora apresentavam outro valor, mas eram pequenos ajustamentos. Esses documentos iam sendo sempre afinados ao longo do tempo, mas o valor grosso mantinha-se, mais de cinco milhões de euros, o que saudava. -----

----- Tinha algumas questões de pormenor em relação ao Orçamento, mas como haveria uma segunda ronda aproveitava depois para o fazer. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que quando o PCP chumbou o Orçamento na primeira versão não o fez de ânimo leve, foi de consciência tranquila porque fez um trabalho exaustivo de leitura do documento em si. O que aprazia dizer era que a segunda versão já teve mais cuidado na sua elaboração e já tinha pormenores que na anterior versão não existiam. -----

----- Não tinham qualquer problema de leitura ou dificuldade em ler esse tipo de documentação, o problema era quando existia falta de informação e não conseguiam ir buscar essa informação para ser



17
AS
Cei

discutida. Felizmente havia uma segunda versão que podiam trabalhar e discutir. -----

----- No entanto, havia alguns pormenores que continuavam a existir no documento e que na ótica do PCP deviam ser melhorados e corrigidos no futuro. A palavra “colaborador” continuava a aparecer quando se falava em trabalhadores da Junta de Freguesia. Os trabalhadores da Junta de Freguesia tinham um contrato de trabalho em funções públicas, logo não eram colaboradores. -----

----- Relativamente às opções políticas tidas em conta no Orçamento, eram as opções do Executivo que foi eleito. Mesmo nas reuniões do estatuto da oposição algumas questões eram levantadas, mas em última análise era o Executivo que tinha a palavra. -----

----- Quanto ao levantamento funcional que estava a ser feito no âmbito do Mapa de Pessoal, gostaria de saber o que isso queria dizer concretamente. Perguntou se implicava despedimentos. Se havia falta de pessoal, como era admitido no documento e pelo próprio Executivo, o que queriam dizer com essa questão. -----

----- No documento havia uma referência à melhoria das competências dos trabalhadores, mas como sabiam as competências dos trabalhadores estavam definidas por Lei, não havia alteração das competências dos trabalhadores nos seus postos de trabalho. -----

----- Foi mencionado que teriam sido eliminados contratos de avença e o que perguntava era se seriam transformados em contratos de trabalho. -----

----- Relativamente a questões mais práticas, gostaria de um esclarecimento sobre o gráfico da página 13 do Orçamento apresentado e que tinha valores díspares, faltava verba. No segundo gráfico, por rubricas, havia um valor em falta. -----

----- No gráfico da página 48 existia um pequeno lapso, de centimos, mas estava lá e era um documento que iriam aprovar. -----

----- Foi referido pelo assessor que os CDCs iriam ter outro valor, mas no documento apresentado a soma dos vinte e cinco CDCs não dava o valor de 5.767.196,60 euros e sim 5.687.165,16 euros. Estavam a falar num valor de 80 mil euros que deviam esclarecer. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que fazia suas as palavras de todos os oradores anteriores. Quando se via um objeto de leitura de trabalho aprofundado isso era aprazível e dava-lhe muito prazer verificar que a Assembleia não andava a dormir em relação ao trabalho executado pela força que governava na Junta e que em todos os momentos conseguiam fazer as leituras corretas e até as desenvolver de uma maneira ao pormenor dos centimos. -----

----- De facto o Orçamento estava com uma apresentação muito melhor. Tinha feito o trabalho de casa e havia muitas páginas para ler, mas devido a tudo o que foi dito não valia a pena. Só queria salientar três situações que entendia muito importantes. -----

----- Esperava que no Orçamento a ser feito para 2024 já o Executivo conseguisse fazer a separação das despesas do pessoal por todas as secções de trabalho da Junta e não estarem incluídos, como estavam, todos ao monte. Era tudo separado com todos os encargos para haver uma noção completa e plena da efetivação de custos para depois se fazer a situação em orçamentação mais apurada. -----

----- Não gostava muito de um número, era um saldo muito grande para uma Junta, 1.847.380,10 euros. Era dinheiro a mais para passar de um ano para o outro, mas se existia teria de ser integrado e acontecer no futuro a projeção que foi feita. Só na próxima Assembleia, onde seriam discutidas as Contas, poderia ser aprovado e incluído. -----

----- Tinha ficado muito contente ao ver que havia uma projeção de aumento de pessoal para o quadro, uma grande diminuição de tarefeiros e de trabalhos dados a outrem. Era bom para um aumento do quadro de pessoal, muito embora pudessem ver nas páginas 43 e 44 uma despesa com pessoal de 63,27%, o que já era uma percentagem muito grande. Podiam aumentá-la a partir do momento em que baixavam todas as outras, porque as fontes de financiamento não falhavam e tinham de ser as mesmas, o Orçamento de Estado, a Câmara Municipal de Lisboa e as receitas da Junta. -----

----- Destacava também que as receitas da Junta começavam a ser muito boas, 13,67% do valor. Podia ver-se na página 48, já se fazia uma grande produção de dinheiro em todos os licenciamentos e em tudo

Handwritten signature or initials.



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

o que havia de receita, suplantando inclusivamente a receita da Câmara de 5,28%. -----

----- Após a inclusão dos CDCs, que não iriam todos, não seriam os mais de cinco milhões, mas alguns iriam, podiam dar uma situação de almofada para poderem trabalhar e fazer tudo aquilo que estava previsto, o que também era muito bom. -----

----- Não estava muito de acordo com o Plano Plurianual de Investimentos, em que tiveram uma grande redução de 58,22%, o que era muito mau, mas após as negociações dos CDCs podiam reduzir, não a zero, mas aproximar muito mais daquilo que estava um bom trabalho da Junta de Freguesia. -----

----- Num resumo iria brincar com o PS. O Primeiro-Ministro e muito bem dizia que queria contas certas e ideias certas, aprovava isso. No Parlamento quem defendia o Governo e o Senhor Primeiro-Ministro dizia que queriam contas certas e medidas certas, era uma defesa intransigente. O que estava explanado no Orçamento da Junta eram contas certas para medidas também muito certas. -----

----- Independentemente da maneira política como cada partido poderia fazer o seu Orçamento, era o que estava plasmado. Com a distribuição do dinheiro que havia, para terem contas certas, as medidas certas tinham de ser todas passadas para todos os serviços funcionarem e parecia que isso estava plasmado. Com esse dinheiro e com o que iria entrar do saldo do exercício anterior e mais os CDCs, se estivessem todos com muita atenção teriam muitas alterações ao Orçamento e, nem que fossem todos os meses, não se importava nada. Seria para o bom funcionamento da Junta, para bem da Freguesia e de todos. -----

----- **O assessor do senhor Presidente** disse que tinham de se congratular porque foi rececionado o esforço feito por parte do Executivo na tentativa de ir ao encontro dos anseios e dos desejos de várias forças para arranjar a tal solução conjunta em que todos contribuíssem para o bem dos fregueses e da Freguesia. -----

----- Relativamente à questão dos CDCs, na realidade havia esse erro. Era um pouco a ansiedade de dar a informação toda e o último CDC foi na semana anterior, tendo já sido alterado o valor. Na semana anterior era cerca de 80 mil euros e já valia 152 mil euros. Como estavam numa projeção podiam dar ao luxo de fazer essas alterações de última hora. Seria errado era com as coisas aprovadas. Na realidade havia esse CDC que estava em crescendo, esperando que no futuro duplicasse outra vez. -----

----- A questão da leitura gostaria de relevar porque isso envolveu muitas pessoas. Eram obrigados em termos legais a apresentar os mapas previsionais, os mapas que estavam criados e não outros, tendo de se criar cerca de 50 tabelas em Excel para conseguir cruzar toda a informação, programas, funções e projetos, para aquilo fazer sentido. -----

----- Daí o esforço e tinha de agradecer aos colaboradores próximos, que na realidade foi um trabalho no sentido de tornar claro aquilo que reconhecia ser indigesto para quem não estava habituado a essas matérias. Ler aqueles mapas assim a frio era um bocado indigesto. -----

----- Pedia desculpa ao Membro do PCP, mas era mesmo defeito de fabrico seu. Tratava as pessoas por igual, só que de vez em quando saltava “colaborador”. Tinha de continuar até conseguir reformular, mas tratava de igual forma. -----

----- Sobre a questão do levantamento funcional, era logo aí uma abordagem pessimista, iam fazer o levantamento funcional e, portanto, iriam despedir pessoas. Não era isso que estava em causa. -----

----- O levantamento funcional servia apenas para saberem o que as pessoas faziam e aí permitissem que discordasse. As pessoas evoluíam, podiam ter umas competências base, mas de momento dava-se formação às pessoas em Excel e a pessoa estava a fazer o seu posto de trabalho. Se os temas alteravam tinham de ir formando as pessoas. A Junta ia dar uma formação em liderança aos quadros médios, porque dirigiam pessoas. Esses colaboradores já existiam, mas precisavam de ser formados. Era sempre um acrescento relativamente à formação de cada um e normalmente morria-se quando se parava. -----

----- A ideia era fazer um levantamento funcional sim, para saber o que as pessoas faziam. Depois veriam na questão do Mapa de Pessoal que era preciso saber se as pessoas estavam ajustadas aos lugares, porque o mundo não parou e tinham de acompanhar as competências. -----

----- Havia a questão dos avançados, mas muitas vezes caía-se na armadilha de ser mais prático contratar avançados do que olhar para as necessidades funcionais de cada cargo, adaptar e melhorar as competências



dos colaboradores, ajustadas a esses cargos, mas tinham de saber o que era necessário fazer no lugar. ----
----- Também havia a ideia que o contrato de avença tinha de se transformar obrigatoriamente em contrato de trabalho, mas não era assim. Primeiro porque podia ser temporário e nem existia quadro, não se transformava automaticamente. -----

----- Estava completamente de acordo que não podiam continuar a alimentar os falsos recibos verdes, mas tinham de fazer o levantamento funcional, perceber se era um lugar permanente e dar essa competência à pessoa. Aí sim, transformava-se um contrato de avença num contrato de trabalho, mas nesse enquadramento. -----

----- Sobre a desagregação dos custos com pessoal, isso não era fácil mudar. Tinha de reformular toda a estrutura da própria Junta em termos contabilísticos, definir o que eram despesas transversais, definir qual era a importância de cada uma das despesas para cada setor, que era a unidade base que acumulava as despesas na Junta. Só aí conseguiriam ter uma estratificação dos custos em cada setor, mas tinham de reformular toda a estrutura contabilística. -----

----- Iriam fazê-lo para o Orçamento de 2024, sem sombra de dúvida, mas teriam de começar provavelmente em maio a fazer o Orçamento para o próximo ano, para conseguirem estruturar isso de outra forma. -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** disse que tinha apenas algumas perguntas sobre alguns aspetos. Como disse o assessor do Presidente, os mapas nem sempre eram muito digeríveis. Para quem não lidava diariamente com isso não era fácil. -----

----- A primeira questão era sobre uma matéria que aprovaram numa das últimas Assembleias, que estava por implementar o regime geral de proteção de denunciantes de infrações, uma matéria complexa, e o plano de gestão de riscos e infrações conexas, que também já foi aprovado pelo Presidente do grupo de trabalho para implementar. -----

----- Admitia que a Junta fosse precisar de alguma consultadoria para os implementar e não tinha encontrado nada específico sobre isso nos mapas. Havia depois da inclusão do saldo de gerência no gabinete de apoio à Presidência um aumento de cerca de 50 mil euros e a pergunta era se seria para esses temas ou apenas só para comunicação e imagem. -----

----- Outro tema era relativamente aos elevadores do Bairro Santos ao Rego. Por acaso nesse dia estavam a funcionar, mas nos últimos meses nem sempre tinham estado a funcionar. Além disso o aspeto era muito degradado, já não tinha visores. Nos mapas só se encontrava a verba de 2216 euros para a manutenção desses elevadores, que não dava nem para pagar o contrato de manutenção. A Junta assinou um contrato de manutenção, salvo erro com a ORAMA, para a manutenção por três anos num valor de oito mil e tal e que dava por ano 2736 euros. Não havia lá nada relativamente a uma grande reparação e a pergunta era se estava previsto alguma coisa sobre essa matéria, porque de facto aquela população era muito idosa e quando não tinha os elevadores sofria com isso. -----

----- Até tinha uma provocação, se iriam tirar verba aos passeios séniores. Como tinham passeado tanto nas escadas, se iriam tirar verbas aos passeios para fazer a reparação, mas já vira que não. Também não iam retirar ao “SOS Repara” que era para outras coisas. -----

----- Depois do saldo de gerência havia uma preocupação com a formação interna e externa, havia um aumento da verba para a formação do pessoal que via com muito agrado, face às necessidades e todo o programa que tinham de reorganizar a Junta. Se queriam requalificar os trabalhadores era necessário isso. -----

----- Uma última pergunta era em relação ao aumento da verba para a função de vigilância e segurança, se iriam colocar nessa verba algum apoio à Polícia Municipal ou à PSP dentro dos acordos que havia com eles ou se tinham verbas para isso noutras rubricas. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que tinha ficado muito satisfeito com a intervenção do assessor do Presidente, queria dizer que os trabalhadores da piscina que estavam a recibos verdes iriam ter contrato, se era para acabar com os recibos verdes. Era uma boa novidade e gostava que isso fosse rapidamente, os trabalhadores da piscina iriam ficar muito satisfeitos com essa situação. Como foi referido, avençados eram temporários, a um lugar permanente um posto de trabalho efetivo. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Também era referido que houve um aumento em despesas com pessoal. Todos tinham que trabalhar em benefício da população e só com pessoas conseguiam fazer esse trabalho, as pessoas eram trabalhadores, e aumentava-se a despesa com pessoal. -----

----- Foi levantada a questão do elevador do Bairro Santos ao Rego e tinha outro problema no bairro, o mercado e as obras. Aquilo que se via no Orçamento era um valor muito residual e relembra que foi aprovado um documento para a rápida intervenção na melhoria das condições do mercado no Bairro de Santos. -----

----- Era referido no documento o modelo de gestão e controle para a higiene urbana. Perguntou que modelo seria esse que estava pensado. -----

----- Era também referido que tinham espaços verdes com cerca de oito mil hectares, quatro mil árvores, mas nas despesas para a higiene urbana não se via um acréscimo muito grande. Gostaria que essa situação fosse repensada, porque o próprio Executivo admitia no documento que faltava pessoal e material. O conhecimento que tinham era que existiam equipamentos, mas faltava mão-de-obra para trabalhar com eles. -----

----- Disse que a História mais uma vez dava razão ao PCP ao reprovar o Orçamento, porque finalmente tinham um Orçamento em condições. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que quando dava a palavra ao seu assessor ou aos seus colaboradores do Executivo, Primeiros-Ministros, Ministros, Secretários de Estado, todos tinham os seus assessores. Qualquer pessoa que estivesse a trabalhar para si como assessor ou elemento do Executivo, dava-lhes a palavra e eles explicariam. Embora estivesse dentro de todos os assuntos, mas não podia estar a responder a toda a gente e quem mexia verdadeiramente nos assuntos respondia. -----

----- O Senhor ex-Secretário de Estado sabia como era, teve os seus colaboradores, teve os seus assessores, que lhe faziam o trabalho e respondiam por si, que depois dava a cara. Também já tinha começado a dar a cara a falar. -----

----- Sobre os elevadores pedia ao Senhor Vogal Jorge Barata para falar. Embora pudesse falar mais alguma coisa, mas ele estava dentro do assunto. -----

----- Quanto ao mercado, tinham feito tudo para pôr aquilo em condições. No dia seguinte teria uma reunião com a direção municipal precisamente para falar sobre o que ia acontecer debaixo da ponte, o que seria eliminado por causa das obras que iam fazer no viaduto. Estaria o diretor municipal para explicar exatamente o que iria acontecer e era o mesmo que ia falar sobre o mercado e as lojas do mercado e o que iria ser feito por parte da Câmara no mercado. -----

----- **Vogal do Executivo Jorge Barata** disse que havia uma verba fixada no Orçamento para a manutenção dos elevadores, mas estava um CDC a decorrer, em fase de conclusão por parte da Câmara, onde esperava receber uma verba que daria não só um extra para a manutenção dos elevadores, como a vigilância da parte dos elevadores, o que iria diminuir imenso a questão do vandalismo. Os elevadores na maioria das vezes estavam parados devido ao vandalismo, tirando a última vez que foi devido às cheias. Tendo vigilância vinte e quatro horas, como já teve no passado e o anterior Executivo tirou, iria diminuir imenso o vandalismo nos elevadores do Bairro Santos ao Rego. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** acrescentou que na altura do seu primeiro mandato, quem inaugurou os elevadores foi o Presidente Fernando Medina, tivera o cuidado de pôr vigilância vinte e quatro horas. O anterior Executivo não se preocupou com isso. Voltaria a haver vigilância vinte e quatro horas nos elevadores, porque isso era fundamental para toda a gente. -----

----- O facto de os elevadores estarem parados durante esse período deveu-se às cheias, a água entrou de tal maneira que o elevador estava na parte de baixo e não entrava sequer uma mangueira para poder sugar a água. Haveriam de chegar duas peças e então ficava em pleno, mas para já os elevadores estavam a trabalhar. -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que com o saldo de gerência tinham alguma forma para situações que não estavam ainda perfeitamente claras. Houve um planeamento e existiam situações com alguma necessidade de consultadoria, se necessário fosse e depois de avaliarem se era mesmo necessário.



Por vezes tinham de pensar bem antes de partir para a consultadoria, depois ficavam com um documento muito luzidio, mas pouco eficaz e para gastar dinheiro em papel mais valia comprar papel de fotocópia, o papel escrito não servia para mais nada. Era preciso ter um cuidado redobrado relativamente a essas contratações de consultadoria. -----

----- Em relação à vigilância e segurança, uma das coisas que o afligira ao chegar foi que no edifício da Junta não havia segurança e era necessário ter um esquema de segurança. Qualquer pessoa entrava ali. Iriam ter um esquema de segurança, havia infraestruturas espalhadas e tinham de ter um controle para essas infraestruturas. Cada vez menos se podiam sustentar em carolice, era verdade que havia sempre uma pessoa disponível para ir, mas isso não podia ser trabalhado assim, tinha de ser de forma sustentada e profissional. Daí algum investimento na segurança. -----

----- A questão dos trabalhadores da piscina era um tema recorrente e de uma vez por todas tinham de destrinçar uma coisa. Podia ter uma piscina aberta com uma pessoa a olhar para a água e ter aquilo cheio de gente, se calhar necessitava de ter uma pessoa do quadro. Podia ter uma piscina aberta e dez professores a dar aulas de natação que só iam lá de vez em quando, só tinha necessidade de um trabalhador, mas sazonalmente podia ter um contrato. Mais, tinham de ter a aceitação do próprio em entrar para o quadro. -----

----- Se lhe dissessem que iriam ter nas Avenidas Novas equipas de eleição na piscina e tinham de ter um grupo coeso de professores de natação, aí estava de acordo, tinham de ter um quadro a permitir que permanentemente alguém do quadro dava aulas de natação, mas isso não foi decidido ainda. Só depois dessa decisão se podia partir para a contratação. -----

----- O facto de terem de colocar mais trabalhadores e aumentar as despesas com pessoal não queria dizer que fosse a única solução. Se aumentasse as despesas com formação talvez conseguisse ter as pessoas a fazer mais com menos despesas de pessoal, mas o aumento era em despesas de formação. Era tudo uma questão de classificação económica da despesa. Teria um quadro muito mais competente e que produzia muito mais resultados, mas não aumentava as despesas com pessoal. Aumentava as despesas com formação e não queria dizer que não atingisse a mesma solução. -----

----- Por vezes as fotografias induziam em erro, mas na realidade a higiene urbana tinha muito equipamento, só que nunca iriam ter oito ou dez sopradores em simultâneo a trabalhar. Eram equipamentos que foram da Câmara e tinham lá para ir usando. O que estava em causa era definirem e tinham quase toda a Freguesia definida com planos de limpeza e equipas preparadas para limpar. Só faltava criar o tal quadro que funcionava desde 1 de janeiro a 31 de dezembro, mas para isso tinham de alocar o Orçamento de maneira diferente, para que a 1 de janeiro conseguissem pagar os elementos suficientes para fazer um determinado plano de limpeza, que isso ainda não foi conseguido. -----

----- Não se podia fazer essa transferência de que havia muitos equipamentos e tinham era falta de pessoas. O que tinham de definir era qual o nível de limpeza que pretendiam, porque uma coisa era limpar com um determinado nível e outra coisa era limpar com um nível superior. Claro que isso ia encarecendo os custos que tinham de suportar. Definidas as equipas, os planos estavam definidos, era uma questão de alocação de verbas do Orçamento e a partir do próximo ano iriam ter essa alocação e as equipas desde 1 de janeiro preparadas para limpar ao nível de eficácia e eficiência que fosse definido pelo Executivo. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que gostava de debater o problema dos professores da piscina porque era um problema real. Levava ali os problemas da população e dos trabalhadores, que era esse o seu papel como eleito do PCP. -----

----- Quando se dizia que um professor estava a olhar para a água, ele estava a olhar, mas a fazer o seu trabalho. -----

----- Perguntou se o Executivo já tinha falado com os trabalhadores da piscina, perguntando quais queriam ter um contrato e quais queriam ter avença. Esse trabalho devia ser feito. -----

----- O trabalho que o eleito do PCP já tinha feito junto dos trabalhadores era que alguns queriam ter contratos porque queriam estar salvaguardados, ter uma proteção, evoluir na carreira, etc. -----

----- Era uma opção política da parte do Executivo, se queria ou não que houvesse contratos para os trabalhadores da piscina. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Relativamente à higiene faltavam equipas, olhava-se para o Mapa de Pessoal e via-se que faltavam pessoas na higiene urbana e que era necessário esse reforço. Estavam a falar de níveis de eficácia de limpeza, mas se calhar zonas da Freguesia tinham um nível de eficácia baixo, outras tinham nível médio e outras tinham nível alto, mas os fregueses das Avenidas Novas eram todos por igual e o nível de limpeza devia ser igual nas diversas zonas da Freguesia. -----

----- Agradeceu o esclarecimento sobre a questão do Mercado do Bairro de Santos e das obras do viaduto, mas gostaria que na reunião que ia ocorrer também fosse levantada a questão sobre a problemática da expansão do espaço da CML, se a Câmara pretendia alargar o seu espaço para o lado dos CTT, o que implicaria a saída dos CTT do Bairro Santos. Era mais um serviço que saía do Bairro de Santos e uma preocupação que deixava já, aproveitando a informação do Senhor Presidente. -----

----- Gostaria de saber também uma questão concreta em relação aos CDCs. Foi falado que havia vinte e cinco e um que ia aumentar, ia cobrir os tais 80 mil euros que não estavam lá, mas já passaram três meses e nem pelo menos um CDC ainda foi assinado. -----

----- Era ilustrado no documento o Executivo assumir que o valor dos CDCs já existentes era insuficiente e gostaria de saber o que o Executivo estava a fazer para aumentar esse mesmo valor para colmatar os problemas que a população sofria. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que essa era uma intervenção lírica. -----

----- Parecia ir preparado para dar resposta a todos e até tinha sobre os elevadores uma pequena história. Se calhar não sabiam quando foi inaugurado, foi em 1999. -----

----- Quando o atual Senhor Primeiro-Ministro foi eleito e tinha apenas sete meses de Presidente da Câmara, em 2008, gabou-se na Assembleia Municipal de ter resolvido alguns pequenos grandes problemas da cidade, incluindo esse, “a rede ferroviária nacional e a Câmara Municipal de Lisboa não se entendem nos elevadores”, -----

----- Nessa altura era Presidente da Junta a Dona Idalina Flora e houve alguém que se culpabilizou dentro da Câmara, que era a Ana Maria Sobral, foi quem “pôs o pescoço no cepo” em relação às obras. -----

----- De facto aqueles elevadores foram mal desenhados, continuavam mal desenhados e no próximo ano iriam falar à mesma nos elevadores porque careciam de uma caixa de captação de águas e dissipação das mesmas. Quando chovia um bocado a água subia dentro do poço e rebentava com os elevadores. -----

----- Oito anos atrás, quando o Senhor Daniel Gonçalves foi Presidente, meteram-se elevadores novos. Vinham da Alemanha e foi um caso sério para chegarem, tudo feito de novo, mas assim que houve as primeiras chuvadas foi mais dinheiro a gastar-se. -----

----- Ou havia ali um CDC como devia ser e um estudo como devia ser, nem que tivesse de chamar o LNEC para fazer, ou a Teixeira Duarte para fazer as fundações para que não entrasse lá água, ou continuariam com o mesmo problema. Seria *ad aeternum* ali a falarem da situação, para o ano lá estariam à mesma. Se vissem desde que foram inaugurados os elevadores até ao momento, tinha tudo sobre as Assembleias, o número de intervenções que aquilo teve. -----

----- Depois era a falta de vigilância, entrava-se naqueles elevadores e era uma miséria. Desde os corrimões aos suportes, à parte de sinalização interna, as portas fecharem mal, o estar tudo pintado, de facto aquilo era de pasmar. -----

----- O que pedia ao Senhor Presidente era que reunisse com a Câmara numa situação mesmo premente, com técnicos que avaliassem bem a situação em que estavam instalados os elevadores, que o pior sítio era do lado sul, do lado do Curry Cabral, antigo Hospital do Rego. Era aí que aconteciam os maiores problemas e que havia as maiores infiltrações. Senão todos os anos teriam gastos e não chegavam a lado nenhum. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que já tinham estado lá com uma equipa da Câmara Municipal a avaliar esse problema, eles ficaram de fazer um estudo para depois apresentar a forma como se poderia resolver aquele problema, sobretudo das entradas de água. Aguardava-se que a Câmara transmitisse ou reunisse com a Junta para informar desse assunto. -----

----- Em relação aos CTT, no dia seguinte teria uma reunião com a direção municipal que iria falar



[Handwritten signature]

exatamente sobre os CTT. Receberam um ofício a dizer que iriam sair dali, mas que a Câmara iria com os CTT procurar um local. -----

----- Entretanto, para além da Câmara, também tinha uma proposta para fazer aos CTT para ficarem no bairro, se aceitassem, mas como a Câmara ia falar com os CTT para ver se arranjava um lugar lá melhor ainda. -----

----- Nunca iria acabar com os passeios dos idosos, era a coisa mais maravilhosa que via quando estava com eles, a felicidade deles. Saíam de casa nesse sábado e iam viver a vida. Sabia que muita gente era fria, não ligava. Era o mal de muitos políticos, não queriam saber dos idosos, já não valiam nada. -----

----- No “SOS Repara” estava sempre a receber pedidos, um cano que se rompeu ou o esquentador que não funcionava, iam lá e eles não pagavam nada, pagariam apenas uma pequena reparação de uma peça ou outra, mas não pagavam a mão-de-obra. -----

----- A ação social era a sua “menina de olhos de ouro”, gostava de fazer bem às pessoas e de ver bem as pessoas felizes. Os jovens para si tinham todo o valor, mas os idosos principalmente e viam como interação com eles, era genuíno. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD e CDS-PP), 3 votos contra (IL e CHEGA) e 7 abstenções (PS, CDU e BE). -----

----- **Membro Gonçalo Santos (IL)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Infelizmente as razões políticas pelas quais a IL votou contra a primeira versão do Orçamento e que foram expostas em declaração de voto aquando da sua discussão permanecem as mesmas. Por essa razão a IL vota igualmente contra este Orçamento, pelas razões expostas na referida declaração de voto. Iremos permanecer firmes nas nossas convicções.”* -----

----- **Membro Fernando Pereira (PS)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Nós, Membros eleitos pelo PS, votámos contra as propostas do Orçamento de 2023 e Grandes Opções do Plano apresentados pelo atual Executivo da Junta de Freguesia em dezembro do ano 2022 por as mesmas não responderem às necessidades da Freguesia de Avenidas Novas, prevendo um forte desinvestimento na educação e cultura, na ação social, juventude e desporto, no desenvolvimento económico e ambiente, no espaço público e equipamentos.”* -----

----- *Além de mais, acentuámos aquando da discussão em Assembleia de Freguesia que o Orçamento apresentado não era rigoroso nem tecnicamente correto, pois não tinha sido acompanhado, como a Lei exige, do quadro plurianual de programação orçamental articulado com as Grandes Opções do Plano. -*

----- *Por último e obviamente não menos relevante, os documentos apresentados eram um deserto de ideias para a nossa Freguesia, não previam medidas nas áreas da poupança energética, da mobilidade, espaços verdes, higiene urbana e segurança, que são indiscutivelmente alguns dos temas que mais preocupam os nossos fregueses.* -----

----- *No exercício do direito de oposição acentuámos que a eventual impossibilidade de aprovação do Orçamento seria da exclusiva responsabilidade do Executivo da Junta de Freguesia, pois não seria aceitável a aprovação de instrumentos tão relevantes como o Orçamento e as GOP sem que os superiores interesses dos nossos fregueses fossem cabalmente defendidos e em conformidade sugerimos ao atual Executivo da Junta de Freguesia que se empenhasse em escutar e compreender as propostas apresentadas pelo Partido Socialista.* -----

----- *A nova proposta de Orçamento para 2023, significativamente reformulada, que é alvo de apreciação nesta Assembleia de Freguesia de 29 de março vem demonstrar a importância do chumbo dos anteriores documentos. Só o voto contra permitiu forçar o diálogo e garantir a efetiva audição das indicações da oposição, designadamente do PS. Só por essa via foi possível forçar o Executivo a melhorar a proposta com os nossos contributos, como aliás muito bem reconhece o Executivo ao afirmar que “o documento agora apresentado reúne as melhores e mais equilibradas opções para o ano 2023 e atendeu-se de novo, dentro do possível, às propostas e ideias dos partidos que se disponibilizaram a colaborar connosco”. -*



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- Temos assim um documento com mais qualidade e quantidade de informação, tecnicamente mais correto pois vem acompanhado, como a Lei exige, do quadro plurianual de programação orçamental articulado com as Grandes Opções e com explanação das principais iniciativas e das negociações em curso com a Câmara Municipal de Lisboa para a resolução de uma parte dos problemas que afetam a nossa Freguesia. -----

----- Verificamos também que existe uma diferente alocação das verbas, privilegiando o desenvolvimento económico e a educação e cultura, como tínhamos defendido na discussão da proposta de Orçamento chumbada. -----

----- A maior transparência é também de saudar, pois como foi também a nossa sugestão vem finalmente explanada a política de distribuição das verbas após a inclusão do saldo de gerência. Também aqui verificamos que são reforçadas as componentes do desenvolvimento económico, juventude e desporto, educação e cultura, o que genericamente merece o nosso acordo, embora nem todas as iniciativas sejam as que seriam priorizadas num Orçamento do Partido Socialista. -----

----- Por último destacamos o esforço de negociação com a Câmara Municipal de Lisboa, com a apresentação das propostas de intervenção no âmbito dos contratos de delegação de competências e que traduz agora em vinte e cinco propostas num valor total superior a cinco milhões de euros em áreas com as quais genericamente concordamos. -----

----- Assim, porque temos um documento com propostas formuladas pelo PS total ou parcialmente atendidas, com mais qualidade e quantidade de informação, tecnicamente mais correto, com diferente distribuição de verbas, privilegiando as vertentes sociais e económicas, embora nem todas as iniciativas sejam as que o Partido Socialista selecionaria, nós, Membros do PS nesta Assembleia de Freguesia, informamos que vamos abster-nos na deliberação sobre o Orçamento 2023 e Grandes Opções do Plano.”

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- “O Orçamento e as Grandes Opções do Plano são documentos essenciais à vida da Freguesia e dos fregueses e devem ser analisados com o máximo rigor e responsabilidade. Vimos neste documento uma melhoria na informação prestada em relação ao Orçamento apresentado anteriormente. -----

----- No entanto, nos documentos apresentados não se verificam muitas das preocupações dos nossos fregueses. Destacamos algumas ausências preocupantes, tais como: -----

----- Não apurámos qualquer referência ao problema habitacional e concretamente à Gebalis, com a falta de inspeções periódicas e as obras de conservação necessárias das habitações e espaços que estão sob a sua gestão; -----

----- Na área da segurança não há qualquer referência à necessidade de reabertura da 31ª Esquadra da PSP; -----

----- No plano da saúde não vemos referência às dificuldades que os fregueses sentem nos acessos aos centros de saúde, por se encontrarem longe, nem a necessidade de reivindicar a mudança desta realidade junto do Governo Central; -----

----- Não vemos um empenhamento de uma agenda desportiva e de lazer que inclua todas as comunidades, nem um apoio concreto ao movimento associativo que dá vida à Freguesia, proporcionando qualidade de vida à população; -----

----- Continua sem data prevista de início as obras de melhoramento do Mercado do Bairro Santos, reivindicadas há muito pelos utilizadores e comerciantes; -----

----- A necessidade de mais recrutamento e aumento do quadro de pessoal face à realidade da Freguesia não é clara. Existem equipamentos prontos a serem utilizados, mas não há trabalhadores; -----

----- O Executivo assume no documento que o valor dos CDCs é insuficiente, no entanto no documento não é apresentada uma visão de futuro para que esta situação seja alterada. -----

----- Embora os documentos contenham algumas medidas relevantes, são insuficientes face às necessidades concretas da população. -----

----- Decorridos três meses do ano civil ainda não existe uma previsão de assinatura dos vinte e cinco CDCs propostos. -----



----- Com um valor de apenas 226 mil euros, o PPI representa apenas 4% do valor total do Orçamento, demonstrando a opção do Executivo no parco investimento na Freguesia e a necessidade de uma maior e melhor negociação com a CML. -----

----- O caminho escolhido para ser percorrido não é no nosso entender o mais correto. O Orçamento de 5.215.117 euros é um plano, mas as opções políticas são de quem as apresenta. Neste caso não concordamos com as opções. No entanto, a população das Avenidas Novas elegeu e decidiu que quem dever gerir o destino da Freguesia é os "Novos Tempos", PSD e CDS, e decidirá quando tiver a sua oportunidade de analisar as opções apresentadas. -----

----- Pelas razões acima apresentadas o PCP abstém-se no Orçamento e nas Grandes Opções do Plano. "

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que queria agradecer a todas as forças políticas que viabilizaram o Orçamento. Todas as forças políticas foram contactadas para ir à Junta pôr os seus problemas, quem foi discutiu os problemas com o Executivo e ali estava a prova dessa manifestação. Outras forças políticas não foram, não quiseram saber. -----

----- **Ponto 2 - Apreciação, debate e deliberação sobre o Mapa de Pessoal 2023 (ANEXO 6).** -----

----- **O assessor do Senhor Presidente** disse que iria passar só dois ou três slides por uma questão de enquadramento, depois os números estariam espelhados no mapa, porque era importante abordar o mapa com uma maior amplitude de discussão. -----

----- O Mapa de Pessoal não era só pôr lá o número, tinha toda uma estrutura de base e alimentava uma organização e tinham de começar pela estrutura antes de preencher quadros a dizer que eram precisos três técnicos superiores, dois assistentes técnicos e afins. Era preciso agarrar na estrutura de base, um trabalho que já estavam a fazer, ligado inclusive com o descritivo funcional de cada um dos setores, percebendo o que existia em termos de recursos humanos em cada um dos setores, para depois chegar a 2024 e na realidade saberem qual o custo da atividade em cada um dos setores que a Junta desenvolvia. -----

----- Quando se falava em gestão de recursos humanos, para além da grandeza da pessoa em si, para alimentar uma estrutura tinham de ter um quadro de base e a quantidade de pessoas que eram necessárias para alimentar essa estrutura. Depois tinham de ter o tal descritivo funcional e daí a necessidade desse levantamento, para projetar as ações que as pessoas iam fazer nessa estrutura. Depois os custos da própria estrutura e o valor. Só com esses três pilares podiam começar a falar de Mapa de Pessoal, ou pura e simplesmente preenchiam os quadros e submetiam à aprovação. -----

----- A pergunta que se colocava era se conseguia gerir com o atual mapa os recursos humanos e desde já dizia que não. Era o mapa que existia, que se apresentava à Assembleia, mas gestão dos recursos humanos era muito mais do que isso. -----

----- Numa organização era preciso definir um quadro orgânico que não tinha de momento e que seria definido de acordo com a estrutura aprovada. Depois tinha as tão afamadas avenças que substituíam pessoas, depois tinha empresas que punham pessoas a substituir lugares do quadro por variadíssimas razões, porque não havia o profissional necessário para o quadro e depois até tinha um excedente que os remetia outra vez para a piscina. -----

----- Estavam lá pessoas a dar aulas e de momento não estava em vista por parte do Executivo criar um lugar no quadro para ter professores de natação. Estava em vista criar um quadro para manter a piscina aberta para os fregueses irem à piscina, eram coisas completamente diferentes, modelos completamente diferentes. Só com essa gestão conseguia perceber o que precisava e que conseguia definir uma política de gestão de recursos humanos, ou meramente andavam a tirar e a pôr pessoas conforme ia sendo necessário. -----

----- Deviam chegar à conclusão, e era isso que se debatia de momento todo o Executivo, definir o que a Junta tinha de fazer para a sua vida normal. Ter um setor num quadradinho e ir ali fazer um floreado com muitos quadradinhos e muitos setores, mas não ter lá ninguém. Era essa noção que tinham de ter, era essa a razão da existência das organizações públicas ou privadas. As organizações eram alimentadas por pessoas e por ações e tinham um custo. -----

----- Remetia para a questão da higiene urbana, qual higiene urbana queriam ter na Junta. Após essa

17
B
Lef



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

definição poderia pôr pessoas. -----

----- Na evolução desde o ano passado começou-se com 122, passou-se para 128, depois para 133 e 119. A pergunta era que pessoas saíram, o que foi feito, porque variavam esses números, qual a razoabilidade da função que estava definida para poderem viver na organização. Essas perguntas estavam todas por responder e não só no atual Executivo, no passado era igual. -----

----- Era essa a solução da organização, se fosse entendimento dos elementos do Executivo seguirem esse caminho. Era tudo uma opção política da gestão de pessoal. -----

----- **Membro Luís Goes Pinheiro (PS)** disse que o assessor do Presidente tinha feito uma descrição sobre a evolução dos vários documentos do quadro de pessoal que de facto tinha sido o espelho daquilo que ele próprio já confessou desde que começou a falar pelo Senhor Presidente, que era a falta de planeamento que havia e que supostamente agora existia um esforço para haver. -----

----- Em dezembro de 2021 eram 122, em abril de 2022 eram 128, em junho passou para 133 e agora eram 119. Esqueceu-se foi de dizer que no documento que apresentou e que já resultava de um apurado planeamento do que se ia fazer na Junta a proposta era de 141. Via-se uma estabilidade e uma visão em relação aos recursos humanos da Junta de Freguesia que ia sofrendo todas essas flutuações e, portanto, diria que era uma forma de planear bastante errática em que passavam por esses números de sobe e desce sem qualquer critério aparente, mas que seguramente teriam uma explicação por trás. -----

----- Desse ponto de vista gostava de compreender o planeamento, que era um pouco como as próprias intervenções do assessor em vez do Senhor Presidente da Junta. Eram intervenções longas, muito palavrosas, não ia discutir que tinham imenso conteúdo, mas eram longas e palavrosas e no meio dessas intervenções quase que os conseguia adormecer, mas perante tanta agitação era difícil manter um sono tranquilo e se calhar alguma estabilidade ajudaria nesse adormecimento. -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** disse que ao receberem a proposta do Mapa de Pessoal verificou-se que havia um acréscimo ao número de trabalhadores. No entanto, o que se podia verificar era que no início do mandato o Mapa de Pessoal existente era de 159 lugares e já nessa altura se considerava que estavam alguns trabalhadores em falta, tendo em conta os trabalhos que eram necessários na Freguesia. Depois foi alterado para 122, para 129, 141. O que pensava era que quando chegassem a abril iriam ter uma nova alteração do Mapa de Pessoal porque eram necessários mais trabalhadores para executarem as tarefas necessárias. -----

----- Podia-se constatar que esse Mapa de Pessoal não refletia a realidade da Freguesia. O modelo apresentado não era a visão da CDU, verificava-se que ainda existia precariedade laboral e, como era conhecimento, não eram apologistas desse tipo de situação, pelo que não concordava com a proposta apresentada. No entanto, não iria votar contra porque apesar de tudo havia um acréscimo que levava à possibilidade de trabalhadores poderem entrar no quadro e não deviam ser penalizados pelas ações do Executivo. -----

----- **Membro José Marinho (PSD)** disse que partilhava da mesma opinião, que não se percebia muito bem como ao longo desses anos tinha havido tantas alterações no pessoal que havia a trabalhar na Junta, fosse do quadro ou fora do quadro, mas compreendia de outra maneira, que efetivamente havia muitos trabalhadores que saíram e que de momento só tinham 84, que 10 estavam em bolsa de entrada e uma entrada de mais 25 para totalizar os 119. De momento não tinham 119, só tinham 84, essa era a grande verdade. -----

----- Aí tinha de defender a sua dama, o Executivo e aquilo que foi apresentado pelo assessor do Presidente. Contratar por contratar não dava, era preciso ver quantas pessoas seriam precisas para a higiene urbana, se eram motoristas, varredores, mecânicos, coordenadores, encarregados, encarregados operacionais. O mesmo acontecia para os outros setores da piscina, onde inclusivamente havia pessoas a trabalhar que estavam lá com uma firma, numa situação que era fácil de ver e até no plano plurianual estava plasmada uma das empresas que trabalhava lá. -----

----- Como empresário que era, não tendo de momento tantos trabalhadores a trabalhar consigo, mas que teve umas centenas de trabalhadores sob a sua tutela, eles trabalharam sempre para ter o salário ao fim do



Handwritten signature or initials.

mês. O patrão das casas eram os seus clientes e só estava a gerir aquilo que os seus trabalhadores faziam para que o dinheiro aparecesse. Consequia incutir nos trabalhadores que não era o patrão, era o gerente, os patrões eram as pessoas que lá deixavam o dinheiro. -----

----- Ali a situação punha-se de outra maneira e não lhe interessava o que se passou no passado, se estava bem gerido ou não, se estava bem calculado ou não. Havia muitos anos que andava ali e o problema dos quadros de pessoal foi sempre o mesmo. Esperava que no fim do ano 2023 já houvesse um levantamento completo, aturado, sabendo-se que para a higiene urbana eram precisos tantos motoristas, tantos varredores, etc, para o deporto, para todos os setores. -----

----- Só assim iriam conseguir ter pessoal no quadro, ou pessoal contratado para que depois entrasse no quadro, ou mesmo os que estavam no quadro e que fossem passados de um lado para o outro. -----

----- Mesmo para entrada de pessoal, ela só podia ser depois da aprovação do Orçamento do ano anterior e da entrada do dinheiro cativo a entrar nesse ano, até lá isso não podia ser feito. Era assim a regra do jogo e estavam a um mês que isso acontecesse. -----

----- Queria com isso dizer que iria estar muito atento ao Executivo. Era da casa, defendia a sua dama, mas ficava no seu pensamento com as palavras que ali eram ditas e deixava uma promessa, que se as coisas não fossem feitas como foram ali anunciadas e muito bem, o rigor de verificar sem delongas as necessidades prementes que não fossem cumpridas, seria o primeiro a “bater” no Executivo e em quem estava a fazer o trabalho. -----

----- Eram anos demais para terem um quadro bom, homogêneo. Sabia que era muito difícil e que as coisas estavam sempre em mutação, mas de facto havia que ter muita atenção à situação dos dinheiros, ao aumento das despesas com pessoal e que fosse pessoal para trabalhar. Não era terem dez varredores para dois trabalharem e os outros andarem à boa vida, como se costumava dizer, o que acontecia em muitas zonas. -----

----- Todos conheciam a Cidade de Lisboa e a higiene urbana era o mal de toda a cidade. Com o mal dos outros podiam bem, mas certo era que a Câmara tinha o problema com a higiene urbana e todas as vinte quatro Freguesia, onde estavam incluídos, também tinham. Estava convencido que se houvesse o rigor que era dito, de fazer o levantamento... se perguntasse ao Senhor Vogal da higiene urbana quantos trabalhadores precisava ele era capaz de dizer que precisava de quarenta, por causa das coisas como estavam, mas depois também tinham as empresas que pontualmente iam sendo contratadas para a deservagem e outras coisas. Tinha de haver alguns contratos, até porque não tinham conhecimentos e meios mecânicos. -----

----- Não podiam esquecer que 2013 já foi há muitos anos e até ao momento não deixaram de ser uma Junta de Freguesia de mercearia, mas já passou a ser uma mini- câmara. Tinham muitos trabalhadores, muito trabalho para fazer e muitas competências para cumprir, sabendo que eram muito difíceis e tinham de ter pessoal para o fazer, tendo também de lhes dar os meios inerentes para que isso acontecesse. As máquinas, para as conseguirem ter a trabalhar em qualquer setor, fosse na higiene urbana ou nas empresas, era muito difícil a manutenção e por vezes escapavam os tempos reais em que elas iam durar. -----

----- A distribuição que estava feita no Mapa de Pessoal, inclusivamente os que estavam cativos e os que estavam para ocupar, o que ali estava era capaz de estar certo, mas o que queria era que estivesse verdadeiramente certo no futuro, esses números plasmados por todas as atividades para que os serviços da Junta tivessem um outro conhecimento de todos na Assembleia. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que o seu assessor era uma pessoa altamente competente, profissionalmente, tecnicamente e era uma pessoa séria. Aliás, muitos tinham uma certa dificuldade, quando ele estava no palanque a falar e a explicar, em aperceber exatamente como as coisas eram. -----

----- Podiam ter a certeza absoluta de que o seu Executivo, no seu caso e do seu assessor, nesse caso concreto, estavam perfeitamente dentro do assunto, mas ele seria sempre a pessoa que poria ali a falar das matérias que entendesse. Era a pessoa habilitada para informar todas as dúvidas que tivessem. -----



ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Mapa de Pessoal 2023**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PSD e CDS-PP), 3 votos contra (IL e CHEGA) e 7 abstenções (PS, CDU e BE). -----

----- **Membro João Meira dos Santos (CDU)** fez a seguinte declaração de voto: -----

----- *“Com um pequeno exercício, o Mapa de Pessoal no início do mandato estava em 159 postos de trabalho, nessa altura foi alterado para 122. Com as necessidades apresentadas pelo Executivo foi modificado novamente para 129. Hoje, nesta Assembleia, é apresentado o valor de 141. Pela constatação da realidade, este mapa não a reflete, pelo que nos abstermos.”* -----

----- O Senhor Presidente da Assembleia lembrou que no próximo dia 27 de abril estavam de regresso a esse fórum para a realização da sessão ordinária de abril. Uma vez que iam debater as Contas era capaz de ser uma sessão mais morosa, perguntava se viam algum inconveniente em que a sessão fosse convocada para as 19:30. Teriam público, PAOD e Contas. -----

----- Não havendo nenhuma manifestação ficava a nota que a sessão ordinária de abril seria convocada para as 19:30, para haver tempo de discutir todos os pontos. Pedia aos serviços da Junta para terem isso em consideração. -----

----- Aproveitava também para informar que no cumprimento de uma promessa feita pelo Presidente da Mesa, de querer ouvir as crianças, passado um ano da Assembleia de Freguesia extraordinária, iriam realizar no mês de maio uma Assembleia de Freguesia extraordinária para voltar a ouvir as crianças da Freguesia. -----

----- Era uma iniciativa de louvar e esperava contar com todos e com a presença de todos. Ia de encontro com aquilo que foi a sua promessa às crianças, aos professores e a todos. Tinha assumido esse compromisso e em maio teriam uma nova Assembleia das Crianças, iriam ouvir os jovens com todo o gosto. -----

----- Submeteu à votação a **Ata em minuta (ANEXO 7)** relativa à presente reunião, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

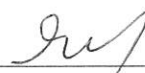
----- Deu por encerrada a sessão. Eram vinte e três horas. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1.º SECRETÁRIO



2.º SECRETÁRIO



O PRESIDENTE





ASSEMBLEIA DE FREGUESIA
DE
AVENIDAS NOVAS

ANEXOS

1. Ordem de Trabalhos.
2. Folha de Presenças.
3. Pedidos de substituição.
4. Parecer CCDR.
5. Orçamento e Grandes Opções do Plano 2023 – Proposta nº 43/PRES/2023.
6. Mapa de Pessoal 2023 – Proposta nº 44/PRES/2023.
7. Ata em minuta.

